

**REGULAMENTO DO HORÁRIO**

**DE FUNCIONAMENTO DOS**

**ESTABELECIMENTOS**

**COMERCIAIS DO MUNICÍPIO**

**DE MIRANDA DO CORVO**

Grupo de pessoal	Nível	Carreira	Categoria	Escala								Número de lugares				Total
				1	2	3	4	5	6	7	8	Ocupados	Vagos	Criados	Extinquir	
Técnico .....	-	Engenheiro técnico (mecânico).	Especialista principal .....	500	520	550	580	615	-	-	-	-	-	-	-	0
			Especialista .....	440	450	465	510	-	-	-	-	-	-	-	-	0
			Principal .....	380	390	405	425	445	465	-	-	-	-	-	-	0
			1.ª classe .....	320	330	345	365	385	405	-	-	-	-	-	-	0
			2.ª classe .....	265	275	285	295	320	-	-	-	-	-	-	-	0
			Estagiário .....	205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Operário qualificado.	-	-	Operário (pedreiro)	125	135	145	155	165	180	195	210	1	-	1	-	2

22 de Maio de 1997. — O Presidente da Câmara, Rui Manuel Leal Marquieiro.

### CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO

Resolução n.º 790/97 (2.ª série) — AP. — Jorge Manuel Fernandes Cosme, presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, torna público, para os devidos efeitos, que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 30 de Abril de 1996 e no uso da competência atribuída pelo artigo 39.º n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, aprovou o Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços.

7 de Maio de 1997. — O Presidente da Câmara, Jorge Manuel Fernandes Cosme.

#### Proposta de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Miranda do Corvo.

##### Nota justificativa

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 15 de Agosto, e a Portaria n.º 153/96, de 15 de Maio, o Governo definiu os princípios gerais do regime jurídico dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º daquele decreto-lei, compete aos órgãos autárquicos a elaboração ou revisão dos regulamentos municipais sobre esta matéria.

De acordo com este enquadramento legal, propõe-se à discussão e apreciação pública este Regulamento Municipal sobre o Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais no Município de Miranda do Corvo.

##### Artigo 1.º

##### Objecto

Este Regulamento fixa os períodos de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, previstos no Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 15 de Agosto, e que se situam, na área do concelho de Miranda do Corvo.

##### Artigo 2.º

##### Regime geral

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 3.º, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, mesmo situados em centros comerciais, podem estar abertos ao público entre as 6 e as 24 horas todos os dias da semana.

2 — Em qualquer caso, há um período de tolerância de 30 minutos para que possa ser concluído o atendimento já iniciado, devendo, contudo, estar encerradas as portas dos estabelecimentos para além dos limites horários fixados.

##### Artigo 3.º

##### Regime especial

1 — Os cafés, cervejarias, casas de chá, restaurantes, *snack-bars*, *self-services* e lojas de conveniência, poderão estar abertos no pe-

ríodo compreendido entre as 6 e as 4 horas do dia seguinte, todos os dias da semana.

2 — Os clubes, *dancings*, *boites*, casas de fado e estabelecimentos análogos, poderão estar abertos entre as 12 e as 6 horas do dia seguinte, todos os dias da semana.

3 — Os estabelecimentos situados em estações e terminais rodoviários e ferroviários e em postos abastecedores de combustíveis de funcionamento permanente, podem estar abertos 24 horas todos os dias da semana.

O horário de funcionamento das grandes superfícies comerciais continuas, tal como estão definidas no Decreto-Lei n.º 256/92, de 20 de Novembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 83/95, de 26 de Abril, e o dos estabelecimentos comerciais situados em áreas de venda continua previstos no mesmo diploma legal, são regulados por portaria do Ministério da Economia.

##### Artigo 4.º

##### Regime excepcional

1 — A requerimento dos interessados, pode a Câmara Municipal deliberar alargar os períodos de funcionamento previstos nos artigos anteriores, durante as épocas festivas do Natal, Páscoa e festas da vila.

2 — O horário de funcionamento dos estabelecimentos poderá ainda ser alargado por deliberação da Câmara Municipal, desde que o fundamento alegado seja considerável e se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- Que os interesses de actividades ligadas ao turismo o justifiquem;
- Não exista prejuízo da segurança e da qualidade de vida dos cidadãos residentes na área onde se situa o estabelecimento.

3 — Sempre que comprovadas razões atinentes com a segurança e ou a qualidade de vida o justifiquem, pode a Câmara Municipal, por sua própria iniciativa ou pelo exercício do direito de petição dos munícipes, restringir os horários de funcionamento fixados.

4 — Nos casos previstos no número anterior, a deliberação da Câmara Municipal terá por fundamento critérios de proporcionalidade e equidade, entre os motivos determinantes da restrição e os interesses dos consumidores, dos agentes e das actividades económicas envolvidas.

##### Artigo 5.º

##### Audição das entidades

As restrições ou o alargamento dos horários de funcionamento previstos neste Regulamento, serão sempre precedidas da audição dos sindicatos, associações patronais, associações de consumidores e juntas de freguesia da área onde se localiza o estabelecimento.

##### Artigo 6.º

##### Mapa de horário

O mapa de horário de cada estabelecimento constará de impresso próprio emitido pela Câmara Municipal, o qual, depois de autenticado, deve ser afixado em local bem visível do exterior.

Artigo 7.º

Direitos dos trabalhadores

A duração semanal e diária do trabalho estabelecida na lei, instrumento de regulação colectiva de trabalho ou no contrato individual de trabalho, será observada, sem prejuízo do período de funcionamento dos estabelecimentos.

Artigo 8.º

Fiscalização

Compete à Câmara Municipal, em colaboração com as entidades administrativas e policiais, a fiscalização do cumprimento do disposto no presente Regulamento.

Artigo 9.º

Contra-ordenações

1 — Constitui contra-ordenação punível com coima:

- a) De 30 000\$ a 90 000\$ para pessoas singulares, e de 90 000\$ a 300 000\$ para pessoas colectivas, a infracção ao disposto no artigo 6.º;
- b) De 50 000\$ a 750 000\$ para pessoas singulares, e de 500 000\$ a 5 000 000\$ para pessoas colectivas, o funcionamento fora do horário estabelecido.

2 — A grande superfície comercial contínua que funcione mais de seis domingos e feriados, seguidos ou interpolados, fora do horário estabelecido nos termos do n.º 4 do artigo 3.º, pode ainda ser sujeita à aplicação de uma sanção acessória, que consiste no encerramento do estabelecimento por um período não inferior a três meses e não superior a três anos.

3 — A aplicação das coimas e sanção acessória a que se referem os números anteriores, compete ao presidente da Câmara Municipal ou ao vereador com competência delegada, revertendo as receitas da sua aplicação para a Câmara Municipal.

Artigo 10.º

Revogação

É revogado o Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro de 1990.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor 10 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

**Aviso n.º 791/97 (2.ª série) — AP.** — *Postura municipal de trânsito e estacionamento na cidade de Mirandela.* — Faz-se público, para os devidos e legais efeitos, que, por deliberação da Câmara Municipal, de 27 de Março de 1997, e da Assembleia Municipal, de 28 de Abril de 1997, foi aprovada em definitivo a Postura Municipal de Trânsito e Estacionamento na Cidade de Mirandela, cujo projecto foi publicado no 2.º suplemento ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 21 de Janeiro de 1997.

13 de Maio de 1997. — O Presidente da Câmara, *José Lopes Silvano*.

**Aviso n.º 792/97 (2.ª série) — AP.** — *Renovação do contrato a termo certo.* — Nos termos da alínea b) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, faz-se público que, por despacho do vereador em regime de permanência, e substituto legal do presidente da Câmara Municipal de Mirandela, foram renovados por mais seis meses os contratos de trabalho a termo certo celebrados com os indivíduos abaixo identificados:

Noémia Maria Borregana Janela, técnico superior de 2.ª classe, com início em 14 de Novembro de 1996.  
Anabela Alexandra Baptista, educadora de infância, com início em 2 de Dezembro de 1996.

Anabela Pereira Geraldo, auxiliar de acção educativa, com início em 2 de Dezembro de 1996.

19 de Maio de 1997. — O Presidente da Câmara, *José Lopes Silvano*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOIMENTA DA BEIRA

**Aviso n.º 793/97 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do signatário, datado de 3 de Janeiro, último, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo com Maria José Paiva Ribeiro Mendes, por urgente conveniência de serviço, para exercer as funções de auxiliar de acção educativa, com início a 6 de Janeiro de 1997. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Maio de 1997. — O Presidente da Câmara, *José Agostinho Gomes Correia*.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

**Aviso n.º 794/97 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e em cumprimento do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, torna-se pública a alteração ao quadro de pessoal deste município, aprovada pela Câmara Municipal em 9 de Abril de 1997, e pela Assembleia Municipal em 29 de Abril de 1997.

Pessoal técnico:

Um lugar de técnico de 2.ª classe, comunicação audiovisual.

Pessoal técnico-profissional, nível 4:

Um lugar de técnico adjunto de 2.ª classe, animador sócio-cultural.

12 de Maio de 1997. — O Presidente da Câmara, *José Luis Lopes Pereira*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE-MOR-O-VELHO

**Aviso n.º 795/97 (2.ª série) — AP.** — *Contratos de trabalho a termo certo.* — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado às autarquias locais por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que esta Câmara Municipal celebrou contrato a termo certo, por urgente conveniência de serviço, com:

Maria da Ascensão Rovira de Castro Ferreira, auxiliar técnico de turismo, índice 115, pelo prazo de um ano, a partir de 12 de Maio de 1997.

Francisco José Lopes Soares de Oliveira, auxiliar técnico de desporto, índice 115, pelo prazo de um ano, a partir de 12 de Maio de 1997.

Ligia Maria Dias Lopes, auxiliar de acção educativa, índice 120, pelo prazo de sete meses, a partir de 10 de Março de 1997.

20 de Maio de 1997. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Oliveira de Sousa Antunes*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

**Aviso n.º 796/97 (2.ª série) — AP.** — Torna-se público, em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de Moura, tomada em reunião ordinária realizada em 26 de Março de 1997 e do que estabelece o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, que o projecto de regulamento que abaixo se transcreve na íntegra se encontra em apreciação pública pelo prazo de 30 dias contados da publicação do presente projecto no *Diário da República*.

**Projecto de Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos.**

O Decreto-Lei n.º 34/95, de 28 de Novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 15 de Dezembro, vieram estabelecer uma